

STJ00120316

Sérgio Cruz Arenhart
Gustavo Osna

Curso de PROCESSO CIVIL COLETIVO

4ª edição

Revista, atualizada e ampliada

Visual Law

THOMSON REUTERS®

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Adaptação de capa: Ariel Viilalba e Cinthia Rivieros

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Ana Carolina Francisco, Bárbara Baraldi e Gabriela Cavalcante Lino

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arenhart, Sérgio Cruz
Curso de Processo Civil Coletivo / Sérgio Cruz Arenhart, Gustavo Osna. -- 4. ed.
rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-082-3

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Osna, Gustavo. II. Título.

22-110616

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito processual civil 347.9(81)
2. Brasil: Processo civil 347.9(81)

Sumário

Apresentação à 2ª edição	7
Apresentação	9
Capítulo 1 • O cenário processual e a necessidade de proteção coletiva	19
1.1. Nota introdutória	19
1.2. O processo civil e sua dilatação funcional	20
1.2.1. Autonomia do processo, declaração e “tutela”: alterações na resolução de litígios	22
1.2.2. Além da lide bilateral: o processo e seus “novos” escopos	28
1.2.3. Sintetizando: o processo civil contemporâneo e sua complexi- dade funcional	33
1.3. A baliza da proporcionalidade como técnica de gestão processual	35
1.3.1. A baliza da proporcionalidade	36
1.3.2. A proporcionalidade como ferramenta de gestão processual	42
1.3.3. A proporcionalidade e a proteção coletiva	50
Capítulo 2 • Os direitos metaindividuais e sua definição	53
2.1. O direito contemporâneo e a sua base individualista	53
2.2. O reconhecimento dos interesses metaindividuais	58
2.3. O reconhecimento moderno dos direitos metaindividuais	60
2.4. Avaliação crítica da definição legal e doutrinária dos direitos difusos e coletivos	64

2.4.1.	Interesses metaindividuais e direitos metaindividuais	65
2.4.2.	A segmentação entre direitos difusos e coletivos	66
2.4.3.	Direitos metaindividuais e novos direitos	72
Capítulo 3 •	Os “direitos individuais homogêneos” e sua definição	77
3.1.	O escopo da tutela coletiva de interesses individuais no ordenamento nacional	77
3.2.	Definindo os direitos individuais tuteláveis coletivamente	80
3.2.1.	Os direitos individuais homogêneos como categoria do direito material. A relevância social do interesse	81
3.2.2.	A natureza processual dos direitos de massa	86
3.2.2.1.	O critério da preponderância	87
3.2.2.2.	A quantidade de sujeitos envolvidos	90
3.2.2.3.	A viabilização do acesso à Justiça	91
3.2.2.4.	A homogeneidade da tutela	94
3.3.	O cânone da proporcionalidade como baliza para a definição	95
3.3.1.	Os direitos individuais de massa e a proporcionalidade	96
3.3.2.	A afinidade de questões e a proporcionalidade	104
Capítulo 4 •	A A racionalidade da tutela coletiva e o papel do julgador	107
4.1.	Premissas interpretativas	107
4.1.1.	O processo contemporâneo e as instituições processuais	107
4.1.2.	O processo coletivo e a releitura do direito processual	110
4.1.3.	O processo coletivo e a adequada representação de interesses	113
4.2.	A decisão coletiva e sua construção	118
4.2.1.	O processo coletivo e as consequências da decisão	118
4.2.2.	Os processos estruturais e a recomposição da atuação do processo	122
4.2.3.	Os processos estruturais e dicotomia público e privado	124
4.2.4.	Processo civil e impacto complexo: a moldura tradicional	130
4.2.5.	Processos estruturais: a macrojustiça e a jurisdição	134
4.2.6.	Os litígios complexos e os processos estruturais	137
4.2.7.	Requisitos para um processo estrutural e cabimento no sistema brasileiro	143
4.2.8.	Alguns exemplos de sucesso na experiência brasileira	152

Capítulo 5 •	Institutos comuns aos procedimentos de tutela coletiva	163
5.1.	Aspecto geral: a efetividade do processo coletivo.....	163
5.1.1.	Observações iniciais	163
5.1.2.	Máxima efetividade e conformação procedimental. O microsistema de tutela coletiva.....	171
5.2.	A prescrição em matéria coletiva	177
5.2.1.	Observações Iniciais	177
5.2.2.	A prescrição no direito brasileiro	179
5.2.3.	A prescrição em relação aos direitos metaindividuais	183
5.2.4.	A prescrição em relação aos direitos individuais homogêneos.....	188
5.3.	A relação entre demandas coletivas e demandas individuais	198
5.3.1.	A suspensão das ações individuais	198
5.3.2.	A suspensão da prescrição das pretensões individuais	202
5.4.	Conexão, continência e litispendência.....	204
5.5.	Representatividade adequada	208
5.5.1.	O devido processo legal e o controle da representatividade adequada	209
5.5.2.	A representatividade adequada no direito comparado. A origem norte-americana	216
5.5.3.	A representação adequada no direito brasileiro	221
5.5.4.	Elementos para o controle da representatividade adequada no direito brasileiro	224
5.5.5.	A representatividade adequada e a iniciativa de particulares para a medida coletiva	232
5.6.	A abertura probatória e a utilidade da prova estatística	235
5.6.1.	As estatísticas podem servir de prova?	235
5.6.2.	As modalidades da prova estatística	242
5.6.3.	Admissão e Valoração da prova estatística	243
5.7.	Coisa julgada e estabilização.....	246
5.7.1.	O problema da coisa julgada coletiva	246
5.7.2.	O atual regime do microsistema e a coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> nos litígios sobre direitos individuais homogêneos.....	248
5.7.3.	A necessária revisão do sistema: individualismo e proporcionalidade.....	253

5.7.4.	Coisa julgada em direitos metaindividuais	256
5.7.5.	Coisa julgada <i>in utilibus</i>	262
5.7.6.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	268
Capítulo 6 •	A autocomposição no processo coletivo	273
6.1.	Premissas gerais	273
6.2.	O incentivo do sistema processual brasileiro à solução consensual dos litígios	275
6.3.	A autocomposição e a efetivação consensual de decisões	282
6.4.	A (in)disponibilidade dos interesses metaindividuais e individuais de massa	287
6.4.1.	A disponibilidade de interesses metaindividuais	287
6.4.2.	O problema dos direitos individuais de massa	292
6.5.	A representatividade adequada e o problema do “leilão reverso”	295
6.6.	Os riscos da solução consensual	298
6.7.	A força e a oponibilidade do acordo coletivo como requisitos para sua eficácia	303
Capítulo 7 •	A ação civil pública como instrumento de processo coletivo	307
7.1.	A ação civil pública como ferramenta bifuncional	307
7.2.	Ação civil pública ou ação coletiva?	310
7.3.	Ação civil pública e controle constitucional	315
7.4.	A Medida Provisória 2.180-35/2001	319
7.5.	Legitimidade em ação civil pública	323
7.5.1.	A legitimação do Ministério Público	323
7.5.2.	A legitimação da Defensoria Pública	333
7.5.3.	A legitimação da União, dos estados e dos municípios	337
7.5.4.	A legitimação das associações civis	339
7.5.5.	As associações, a necessidade de autorização para ingresso em juízo e a Lei 9.494/97	344
7.6.	Competência em ação civil pública	349
7.6.1.	O problema antes posto pelo art. 16 da Lei da Ação Civil Pública	354
7.6.2.	O equívoco da interpretação literal do art. 16 da LACP	357

7.6.3.	A aplicação irrefletida do art. 16 e as decisões contraditórias	359
7.6.4.	O equívoco da interpretação “conciliadora”	361
7.6.5.	A inconstitucionalidade do preceito e o atual sistema legislativo	363
7.7.	O procedimento da ação civil pública – Aspectos gerais	370
7.7.1.	Petição inicial	371
7.7.2.	Defesa em ação civil pública.....	375
7.7.3.	Sentença coletiva e sistema recursal	378
7.7.4.	A efetivação das decisões tomadas em ações civis públicas ...	381
7.7.5.	O Fundo de Defesa de Direitos Difusos e o <i>fluid recovery</i> “à brasileira”	388
7.7.6.	As entidades de infraestrutura específica como uma possível resposta.....	391
Capítulo 8 •	A ação popular como instrumento de processo coletivo	395
8.1.	A Ação Popular e a tutela de direitos coletivos	395
8.2.	Ação Popular: origens e objeto	396
8.3.	Pedido em Ação Popular.....	399
8.4.	Legitimidade ativa em Ação Popular.....	402
8.5.	Legitimidade passiva em Ação Popular	405
8.6.	Aspectos procedimentais.....	407
8.7.	Sentença em Ação Popular	412
8.8.	Execução e coisa julgada	414
Capítulo 9 •	O mandado de segurança como instrumento de processo coletivo	417
9.1.	O mandado de segurança: aproximações iniciais.....	417
9.2.	O mandado de segurança coletivo como ação coletiva.....	419
9.2.1.	Do mandado de segurança ao mandado de segurança coletivo.....	419
9.2.2.	O cânone da máxima efetividade	421
9.2.3.	O tratamento infraconstitucional do mandado de segurança coletivo	422
9.3.	Elementos procedimentais do mandado de segurança coletivo.....	424
9.3.1.	Aspectos gerais	424

9.3.2. A legitimidade ativa do Ministério Público	430
9.3.3. O objeto do mandado de segurança coletivo: direitos difusos?	433
9.3.4. Coisa julgada e litispendência em mandado de segurança coletivo	435
Capítulo 10 • Incidente de resolução de demandas repetitivas	437
10.1. Aspectos gerais	437
10.2. Breves notas de direito comparado	440
10.3. Regime procedimental	446
10.4. A força vinculante da decisão do incidente. Precedente?	450
10.5. Incidente de Resolução de Demandas: análise crítica	453
Capítulo 11 • Concertação de atos como técnica de coletivização	457
11.1. Nota geral: a concertação de atos no Código de Processo Civil de 2015	457
11.2. A concertação de atos como possível via de coletivização: o exemplo da <i>multidistrict litigation</i>	459
11.3. O <i>multidistrict litigation</i> é uma alternativa adequada às ações de classe?	464
11.4. A concertação de atos probatórios e a tutela coletiva na realidade brasileira	469
11.5. Além da produção probatória: a concertação de atos para o acerto de questões	471
11.6. O caso específico da execução coletiva	473
Capítulo 12 • As ações coletivas passivas	477
12.1. Ações coletivas passivas: aspectos gerais	477
12.2. As modalidades de ação coletiva passiva	484
12.3. As ações coletivas passivas no cenário brasileiro	487
Referências bibliográficas	495